A Imprensa e a opinião pública de Guimarães perante o Ultimato Inglês de 1890

The press and public opinion of Guimarães in the face of the English Ultimatum of 1890

Duarte de Babo Marinho

FLUP, CEPES, CIJVS
babo.dmmbm@gmail.com
ORCID ID: [0000-0002-0202-495X](https://orcid.org/0000-0002-0202-495X)

Nuno Bessa Moreira

U. Lusófona do Porto, CITCEM, CIJVS
knunoclio@gmail.com
ORCID ID: [0000-0001-5689-0282](https://orcid.org/0000-0001-5689-0282)

Resumo: Apesar do Ultimato Inglês de 1890 ser um dos assuntos mais abordados pela Historiografia Portuguesa, verificamos que esses estudos circunscrevem-se, essencialmente, à História Político-Diplomática. Por outro lado, revistando os estudos da História da Imprensa Periódica Portuguesa, constatamos que poucos investigadores se dedicaram à “questão inglesa”; salvo salutar exceções, tais como Amadeu Carvalho Homem e Aparecida de Fátima Bueno. A despeito dos inúmeros estudos acerca do Ultimato, este tema ainda não se encontra esgotado. São múltiplas as possíveis perspectivas de análise, visto que ele provocou consideráveis alterações no dia-a-dia da sociedade e escandalizou a opinião pública nacional e local. Os ecos desse desconforto podem ser sondados através de um minucioso cotejo da Imprensa do Portugal daquele tempo. Cumpre destacar que a Imprensa foi e continua a ser palco e testemunha de lutas ideológicas, mas também é repositório de cultura e de mentalidades. E entre inúmeras possibilidades optamos por passar em revista a Imprensa Vimaranense de forma a observar como é que Guimarães encarou a atitude das autoridades portuguesas perante o Ultimato Inglês.

Palavras-chave: ultimato inglês 1890; política externa portuguesa; imprensa de Guimarães; historiografia.

Abstract: *Despite the English Ultimatum of 1890 being one of the subjects most addressed by Portuguese Historiography, we find that these studies are essentially limited to Political-Diplomatic History. On the other hand, searching the studies of the History of the Portuguese Periodic Press, we found that few researchers were dedicated to the “English question”; except for healthy exceptions, such as Amadeu Carvalho Homem and Aparecida de Fátima Bueno. Despite the numerous studies on the Ultimatum, this topic is not yet exhausted. There are many possible perspectives for analysis, since it has caused considerable changes in the daily life of society and scandalized national and local public opinion. The echoes of this discomfort can be heard through a detailed comparison of the Press of Portugal at that time. It should be noted that the Press was and continues to be the stage and witness of ideological struggles, but it is also a repository of culture and mentalities. And among countless possibilities, we opted to review the Vimaranense Press in order to observe how Guimarães saw the attitude of the Portuguese authorities towards the English Ultimatum.*

Keywords: *english ultimatum 1890; Portuguese foreign policy; Guimarães press; historiography.*

1. Introdução, revisão bibliográfica e metodologia

Desde o século XII que a Política Externa portuguesa tem passado por momentos críticos, inclusive com a sua aliada Inglaterra, cujas clivagens sentiram-se especialmente na segunda metade do século XIX. Nesse tempo, a talassocracia de Portugal era uma sombra da dos séculos XV-XVI e o País já não tinha capacidade para se impor pelas armas ou por pressões diplomáticas. Contudo, restava-lhe alguma capacidade de negociação, embora dependente dos humores britânicos. Na verdade, Portugal encontrava-se manietado à Inglaterra: não podia prescindir da aliança nem tinha capacidade para diversificar o seu leque de aliados. Quer dizer, os ingleses eram o garante do nosso império colonial, no qual mantinham um forte ascendente (Macedo, 2006, p. 103; Sá, 2015, pp. 39-40).

Apesar destes condicionalismos, Portugal tentou jogar no xadrez diplomático, mas com pouco sucesso. Entre 1886-1890 o Governo liderado pelo Partido Progressista esforçou-se por comprometer a Alemanha como sua mediadora e, em simultâneo, promoveu incursões militares contra a tribo africana dos Macololos, que alegadamente era um protetorado inglês (Ramos, 2012, pp. 550-552). Salisbury considerou que a atitude portuguesa representava um

casus belli e agiu em conformidade. Rejeitando qualquer possibilidade de arbitragem internacional, a Inglaterra apresentou um ultimato a Portugal, no dia 11 de janeiro de 1890, ameaçando explicitamente com um corte diplomático e, veladamente, com a guerra. Dada a gravidade da situação, o Conselho de Estado foi convocado e rapidamente deliberou que Portugal acataria as exigências inglesas a 12 de janeiro de 1890 (Ramos, 2014, p. 60). Este incidente representou, cabalmente, o ascendente inglês sobre Portugal e a debilidade política, diplomática e militar do País, acuado e incapaz de se impor no concerto das nações. Terminaram, desta forma os incidentes militares em África, mas também o “sonho” do Mapa Cor-de-Rosa, que uniria Angola e Moçambique. Perante esta rendição diplomática, despoletaram inúmeras manifestações em todo o País, cuja repercussão ecoou em dezenas de jornais da época.

Do ponto de vista do debate historiográfico a questão inglesa tem atraído o interesse de vários investigadores portugueses. Em sentido oposto, a historiografia inglesa considera este diferendo diplomático um assunto marginal e de pouca relevância, como constatou H. V. Livermore (1997, pp. 147-171). Mas o que nos importa é o debate historiográfico português, que ao longo de várias décadas tem abordado o Ultimato Inglês essencialmente a partir de dois prismas: o da História da Diplomacia e do História Política (Teixeira, 1987, pp. 694-695). Podemos destacar vários autores, desde os mais clássicos aos mais atuais. Todavia, como não é nosso objetivo entrar em densos debates historiográficos, optamos por evidenciar alguns nomes: Eduardo Brazão (1940, pp. 267-271),¹ Marcello Caetano (1971), Pedro Soares Martinez (1986, pp. 505-510) e Nuno Severiano Teixeira (1987). Mais recentemente também surgiram contributos muito pertinentes da autoria Rui Ramos (2001), Maria de Fátima Bonifácio, Tiago Moreira de Sá (2015) e Isabel Cluny (2018).

Em sentido oposto a Historiografia do Jornalismo português não tem dedicado muita atenção à questão do Ultimato Inglês. Perante este vazio historiográfico a única abordagem que podemos apresentar ao leitor é um *Estado da não Arte*, apenas mitigado pelo salutar trabalho de Aparecida de Fátima Bueno, a propósito do Ultimato Inglês na *Revista Portugal*. Fora da área da História do Jornalismo conseguimos detetar abordagens muito ténues nos textos já citados de Amadeu de Carvalho Homem (1992, pp. 281-296) e de Rui Ramos (2014, pp. 58-69).

As fontes destinadas a este tipo de estudo são muito abundantes e se se desfolhar alguns dos jornais da época observamos que, só nos primeiros meses do conflito anglo-português, a imprensa publicou inúmeras notícias de grande pertinência para a Historiografia do Jornalismo. Através dessas notícias podemos auscultar *hoje* os sentimentos e os posicionamentos da opinião pública dos portugueses daquele tempo, não só a nível nacional, mas também a nível regional e local (Sousa, 2010, p. 44). Quer dizer, na imprensa/jornais podemos captar o quotidiano, no seu dinamismo, nas suas forças vivas, nas suas contradições e nas

1 Nome geralmente grafado erradamente com “s”.

suas contingências. Com ela acompanhamos acontecimentos, no seu fazer e na sua dramaticidade... no seu imediato. Através das suas páginas, a Imprensa foi e é palco e testemunha de lutas ideológicas, mas também é repositório de cultura e de mentalidades.

Marc Bloch fala-nos da “opção do historiador” (Bloch, 1993, pp. 24-25). Efetivamente somos forçados a traçar opções no tempo e no espaço. Portanto, tendo em consideração que é-nos impossível aprofundar um estudo exaustivo aos jornais portugueses da época em questão — trabalho extremamente pertinente para ser realizado um doutoramento —, optamos por apresentar ao leitor reflexão centrada num pequeno *corpus* documental. Para o efeito seleccionamos a imprensa de Guimarães, durante um período temporal muito concreto: entre 11 de janeiro de 1890 e 29 de março de 1890. Trata-se, precisamente, de duas datas marcantes e directamente associadas ao Ultimato Inglês. A primeira corresponde ao dia em que o embaixador inglês apresentou o ultimato às autoridades portuguesas. A segunda refere-se a uma Lei da Imprensa imposta pelo Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, visto que “os abusos de manifestação de pensamento por meio da imprensa periódica aumentam e agravam-se de dia para dia à sombra de quase constante impunidade” (DG, nº 76, 29-III-1890, pp. 166-172).

Sabendo-se que a questão inglesa provocou um “incêndio patriótico que lavrou de alto a baixo a sociedade portuguesa e do norte ao sul do País” (Bonifácio, 2010, pp. 114-115), porquê escolher Guimarães e não uma outra cidade? Primeiramente, esta cidade permite-nos, como já dissemos, aceder a um *corpus* documental pequeno, controlável e disponível *online*. Segundo, porque Guimarães é um caso bastante ilustrativo do descontentamento sentido um pouco por todo o País. A título meramente ilustrativo lê-se no *Commercio de Guimarães* que “Guimarães, o berço da nacionalidade portuguesa” também juntou a sua voz às “vozes de protesto contra o procedimento indigno da Grã-Bretanha” (CG, 20-I-1890, p. 1). Na prática, quer a imprensa vimaranense quer algumas das principais instituições da cidade apresentaram críticas mais ou menos veementes contra o procedimento inglês; mas também contra o Governo e Partido Progressista português, que acusavam de ser o grande responsável pelo incidente diplomático.

Este coro de protestos também foi acarinhado pelas redações dos três jornais seleccionados para este estudo: *A Penha*, *Religião e Pátria* e *O Commercio de Guimarães*, tendo este último declarado que “não tornará a publicar (...) anúncio algum referente à nação pirata” (CG, 20-I-1890, p. 2; 23-I-1890, p. 2). Estes jornais juntavam, assim, a sua voz aos protestos de importantes e prestigiadas instituições vimaranenses, tais como a Associação Comercial de Guimarães, a Associação Artística Vimaranense e a Sociedade Martins Sarmento, tendo esta sugerido o fortalecimento da agricultura, comércio e indústria nacional e a sua respectiva instrução, de forma a arquitectar-se uma eficaz guerra comercial contra a Inglaterra (CG, 20-I-1890, p. 2).

Em um trabalho muito apreciado por algumas áreas das Ciências Sociais e Humanas, Quivy e Campenhout (1998, p. 31) informa-nos que “uma investigação é, por definição, algo

que se procura”. Tendo esta verdade de La Palice como pano de fundo, partimos, portanto, do acervo de jornais digitalizados da Hemeroteca da Fundação Martins Sarmiento. Posteriormente, também efectuamos algumas pesquisas nos fundos do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, cujos livros de baptismo, casamento e óbitos também se encontram total ou parcialmente disponibilizados *on-line*.

No primeiro fundo documental arrolamos jornais circunscritos entre 11 de janeiro de 1890 e 28 de março de 1890. Durante esse período *O Commercio de Guimarães*, *a Religião e Pátria* e *A Penha* publicaram um total de 108 notícias direta e indiretamente relacionadas com o Ultimato Inglês, figurando cerca de 49,1% em primeira-página. Dos três jornais o mais ativo foi *O Commercio de Guimarães*, sendo responsável por publicar 58 notícias, das quais 15 em primeira-página. O segundo mais ativo foi *a Religião e Pátria*, com um total de 37 notícias, cuja maior parte, i.e., 25, figura em primeira página. Por fim, *A Penha*, o jornal menos ativo e de menor duração, apresenta-nos 13 notícias relacionadas com o tema, das quais sete foram publicadas na primeira-página.

O segundo fundo documental foi-nos útil para compulsarmos alguns elementos que nos possibilitaram apresentar, ainda que de forma superficial, alguns dados sociodemográficos de pelo menos três indivíduos directamente relacionados com *O Commercio de Guimarães* e *a Religião e Pátria*. Infelizmente, não nos foi possível detectar nenhum indivíduo relacionado com *A Penha*, visto que este periódico não faz menção alguma no cabeçalho aos administradores, responsáveis ou proprietários. O conhecimento deste tipo de elementos biográficos é de todo pertinente e para um melhor entendimento basta recordar as palavras de José Tengarrinha (1965, pp. 153-154), subscritas por José Pedro Sousa:

(...) o jornal, geralmente, era um *homem* [o chefe-de-redação], mais até que um *partido*. (...) Sendo o jornal *todo*, nele se concentravam não apenas as funções de redação, mas também as de direcção e administração. (...) Além dos elementos da redação, o jornal contava com os colaboradores eventuais, mais ou menos identificados com a linha política do jornal (Sousa, 2010, pp. 38-39).

Este levantamento exaustivo, nos três jornais e nos fundos paroquiais à guarda do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, teve por objectivo dar resposta a três perguntas de partida: 1) quais as principais temas abordados pela Imprensa de Guimarães entre 11 de janeiro e 29 de março de 1890?; 2) quais os posicionamentos da Imprensa de Guimarães perante o ultimato inglês?; e 3) esses posicionamentos convergiam ou divergiam da realidade nacional?

De forma a obtermos respostas a estas incógnitas iremos aplicar uma metodologia de análise de conteúdo (Bardin, 1979), cujas categorias são a *recepção do ultimato inglês*, *caracterização dos ingleses*, e *posicionamentos ideológicos das notícias*. E a cada uma das categorias correspondem algumas dimensões. Para a primeira categoria temos *repugnância*, *críticas negativas*, *neutralidade* e *críticas positivas*. Para a segunda categoria optamos por abordar as

características *psicológicas* e *físicas* atribuídas aos ingleses. Por fim, a terceira na categoria encontram-se aspectos o *político*, *económico* e *cultural*. É ainda deixado um espaço para uma pequena análise às estratégias retóricas utilizadas pelos periódicos de Guimarães.

2. A Imprensa periódica vimaranense no finais do século XIX.

A historicidade dos periódicos *O Commercio de Guimarães*, *Religião e Pátria* e *A Penha*

Os periódicos *O Commercio de Guimarães*, *Religião e Pátria* e *A Penha* tiveram a sua atividade a partir da segunda metade do século XIX, fase caracterizada como o *Período Industrial da Imprensa* e teve a sua data fundadora em 1864-1865 (Sousa, 2010, p. 36; Monteiro & Maia, 2013, p. 205). Segundo José Tengarrinha, a imprensa portuguesa também beneficiou de leis extremamente favoráveis, “quer ao nível da propriedade literária, quer ao nível da liberdade de imprensa ou dos privilégios concedidos aos jornais”. De facto, tendo essa legislação como pano de fundo, “foi possível abrir-se, no território português, um período de grande *florescimento do jornalismo* que só terminaria com a legislação *pós-Ultimatum*” (Tengarrinha, 1989, p. 184). Ainda assim, Rui Ramos recorda-nos que apesar do espartilho imposto pela lei de março de 1890, ela não se revelou suficientemente forte para cercear a liberdade de escrever e de publicar; nem tão-pouco inibiu os jornais de se eximirem da luta político-partidária. Como o autor citado indica, salvo raras exceções, a imprensa encontrava-se ao serviço de uma determinada “política”. Mas “essa parcialidade não fazia os jornais sentirem-se diminuídos. Pelo contrário, pensava-se que um bom jornal devia estar alinhado”. Assim, e de forma paulatina, a imprensa foi-se afirmando como o *quinto poder* (Ramos, 2001, pp. 54-57).

A realidade em Guimarães não era em nada distinta da do País. Apesar dos jornais que estudamos se auto-proclamarem isento política e partidariamente, tal não se verifica, se se tiver em consideração a forma inflamada como atacaram os Progressistas e como louvaram os Regeneradores. Uma questão que se pode levantar neste caso é acerca do porquê da imprensa vimaranense se colocar tão próxima aos regeneradores. Dois motivos podem explicá-lo: o facto de alguns dos seus líderes pertencerem ao Partido Regenerador e o facto de um dos ministros do Governo Regenerador, eleito após o Ultimato Inglês ser natural de Guimarães.

Sem mais delongas foquemo-nos agora numa breve contextualização dos jornais que integram o nosso *corpus* documental. O primeiro jornal a ser analisado é *O Commercio de Guimarães*, por se tratar do periódico que nos forneceu mais informações relacionados com o Ultimato Inglês. De seguida analisaremos o *Religião e Pátria* e, por fim, *A Penha*, jornal menos expressivo e publicação mais curta, mas tão ou mais veemente que os restantes, como veremos adiante.

2.1. *O Commercio de Guimarães*

Trata-se de um dos periódicos mais antigos e bem-sucedidos de Guimarães. Foi fundado a 15 de maio de 1884, por António Joaquim de Azevedo Machado,² oriundo de uma família de comerciantes e grandes capitalistas. Um breve estudo a respeito deste homem permitiu-nos observar que o seu pai foi um cidadão muito conceituado, tendo, aliás, sido nomeado director do Banco Comercial de Guimarães. De acordo com a imprensa da época, entre outros relatos, sabemos que António Joaquim frequentou medicina na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, mas interrompeu os estudos, precisamente, para se dedicar ao jornalismo e à fundação *d'O Commercio de Guimarães*. Sabemos igualmente que foi membro do Partido Regenerador e que era considerado um grande patriota, muito devotado à família e à sua cidade (entre outros autores leia-se Faria, 1933, p. 228v).³ A nível profissional também recolheu rasgados elogios, não só por parte de amigos e colegas de redação, mas também por jornalistas de outros periódicos. Em unísono consideravam-no um profissional que “honrou a imprensa” (OV, 5-III-1897, p. 2). Apesar da sua “firmeza de character”, foi um jornalista de “pena moderada, mas sincera”, muito devotado ao trabalho, mas sempre norteado por uma grande “rectidão na conduta leal e honrada” (CG, 8-III-1897, p. 1 e 1-III-1898, p. 1).

Este jornal é uma publicação periódica bi-semanal de carácter comercial, industrial e agrícola. Verificamos, igualmente, que o seu fundador imprimiu ao jornal uma linha editorial coerente e partidariamente isenta — apesar de estar alinhado com o Liberalismo e com o Partido Regenerador — cujos enfoques noticiosos incidiam preferencialmente em questões de índole económico-social e de política local e nacional (CG, 15-V-1884, p. 1).

No que respeita às questões económico-sociais o CG considerava que existiam duas grandes alavancas que potenciavam o progresso das sociedades. Uma era a agricultura, sem a qual não existira comércio, indústria ou artes. A outra grande alavanca era o comércio, por ser a vertente da actividade económica que mais contribuía para o progresso e bem-estar social. No que respeita às questões de política local e nacional o jornal define-se, como já referimos, partidariamente isento. Com efeito, nas questões de política local afirmava não privilegiar os amigos, mas justiça, de forma a defender os interesses dos oprimidos perante os opressores. Em relação às questões de política nacional, o CG privilegiava e defendia os interesses e glórias da Pátria, contra quaisquer ambições internacionais (CG, 15-V-1884, p. 1).

As publicações deste jornal, mesmo quando críticas, nunca — ou muito raramente

2 Nasceu em Guimarães, a 20 de fevereiro de 1850 e faleceu, na mesma cidade, vítima de doença prolongada, a 1 de março de 1897.

3 As referências documentais em relação a este indivíduo são muito variadas e podem ser consultadas, essencialmente no AMAP, mais precisamente em: P-421, fl. 178v. P-976, fls. 233v-324. P-1083, fls. 64v-65. P-1173, fl. 32v-33, fl. 69v, fl. 141. P-1174, fl. 168v.

— enveredaram pela desmoralização pública, pela injustiça ou pelo abuso de poder. De facto, as matérias do *CG* pautaram-se frequentemente pela educação, rectidão, respeito e cortesia, sem nunca fazer distinção de classes ou de pessoas. Esta atitude salutar explica a boa recepção que o jornal teve junto da Imprensa portuguesa daquele tempo (*CG*, 8-III-1897, p. 2; e 19-V-1885, p. 1).

2.2. *Religião e Pátria*

Trata-se do segundo periódico em análise, fundado Tomás Guilherme de Sousa Pinto em outubro de 1861 (*RP*, 20-IV-1867, p. 1) e cujo primeiro número apareceu nas bancas a 29 de outubro de 1862. Apesar de existirem poucos dados biográficos em relação ao seu fundador, sabemos que nasceu algures em 1809 e que faleceu a 10 de abril de 1886. Durante a sua vida destacou-se profissionalmente como jornalista e proprietário rural, tendo bens em Guimarães e noutras localidades do País, como, por exemplo, em Penafiel. Tendo em consideração o carácter do jornal, também podemos afirmar, com alguma segurança, que era um homem religiosamente devoto⁴.

Este jornal destacou-se como um periódico bissemanal que se apresentava e definia perante os seus leitores como Liberal, patriótico, religiosa — despido de velhos preconceitos — e partidariamente independente. Aliás, os editores aconselhavam os seus leitores a não procurarem nas páginas do jornal a sua posição partidária, porque seria uma procura vã:

(...) que não procurem ver nele a cor da nossa bandeira, porque a procuram de balde. Qualquer que seja a forma do poder que tenha a seu cargo a direcção do Estado, quaisquer que sejam as teorias que nos mostrem o nobre exercício da inteligência humana examinando qual o melhor e mais acertado regime político dos povos (...), essas opiniões serão sempre respeitadas por este semanário (*RP*, 29-X-1862, p. 1).

A sua principal bandeira não se ligava a nenhuma agremiação partidária, pelo menos aparentemente. Pautava-se em questões religiosas, morais e sociais, tais como a luta pela verdade, pela justiça e, acima de tudo, por almejar conscientizar os portugueses a respeito dos seus direitos e deveres.

⁴ As pesquisas documentais que empreendemos proporcionaram-nos inúmeros extremamente úteis para a reconstrução do percurso biográfico deste indivíduo. De entre essas referências destacamos as que se encontram em depósito no AMAP, P-1007, fl. 56v; P-982, fl. 96 AMP, 2011, p. 126.

Cerca de três anos após a fundação do *RP* surgiram alguns problemas legais que obrigaram a direcção a encerrar a sua publicação e a criar, ainda que temporariamente, um novo jornal, cujos princípios e objectivos se mantiveram inalterados (*RP*, 11-XI-1865, p. 3). Tem assim início, a 15 de novembro de 1865, a publicação da *Gazeta do Minho* (*RP*, 11-XI-1865, p. 3). Resolvidas as questões jurídicas motivadas pela Lei da Imprensa de 1866 (*DG*, nº 144, 17-V-1866, pp. 189-191), o *RP* é novamente colocado nas bancas, apesar de surgir com algumas alterações substanciais: Tomás Guilherme de Sousa Pinto deixa de figurar como responsável pelo jornal, achando-se, assim, “exonerado de toda a responsabilidade que sobre si havia tomado pelo termo assignado no governo civil d’este districto em outubro de 1861” (*RP*, 20-IV-1867, p. 1). Como seus substitutos surgem os nomes de A. A. S. Leite — administrador — e M. J. Pinto — responsável —, dos quais não temos quaisquer elementos biográficos. Apesar das mudanças operadas a nível administrativo, o *RP* não alterou em nada a forma como se apresentava e definia perante os seus leitores (*RP*, 20-IV-1867, p. 1).

Novas mudanças seriam introduzidas no decorrer de 1876. Nesse ano o jornal foi adquirido por João Pinto de Queiroz, que já o administrava desde 1868 (*RP*, 10-X-1868, p. 1; Rosas, 1995, p. 468). Nascido em Guimarães a 13 de março de 1843,⁵ era considerado um dos homens mais prestigiados e bem relacionados da sua cidade natal (*DI*, nº 1176, 2-III-1876, p. 3; Faria, 1933, p. 303v). Aliás, devido à sua atividade de docência foi galardoado a 31 de março de 1884 pela Sociedade Martins Sarmento — da qual era sócio efectivo —, devido “aos seus serviços escolares, ao seu zelo pela instrução popular” e pelos “seus serviços relevantes á causa patriótica e beneficente da instrução da classe operária” (*Guimarães*, 1884, p. 116).

Ao que tudo indica, o *RP* após ser adquirido por João P. Queiroz, não alterou em nada a forma como se apresentava aos leitores. No entanto, viu-se envolvido em algumas polémicas com *O Vimaranense* (nº 0546, 18-XII-1868, p. 2) e com o *Acho do Norte* (nº 15, 24-VIII-1872, p. 3). Ainda assim, apesar dessas polémicas, o jornal era considerado pelos seus congéneres como um periódico de “notável moderação e espirito conciliador” (*CG*, 9-I-1890, p. 1).

2.3. *A Penha*

Como já referimos anteriormente, *A Penha* trata-se do periódico em estudo com menor tempo de publicação: durou dois meses, surgiu a 8 de dezembro de 1889 e foi retirado das bancas a 9 de fevereiro de 1890 (*AP*, nº 10, 9-II-1890). Apesar da sua curta duração e

5 Desconhecemos a data de óbito, mas sabemos que a 1 de maio de 1899 ainda era vivo e que tinha abdicado do seu ofício de *Oficial de diligências da Administração do Conselho de Amarante* (cf. *DG*, nº 101, 5-V-1899, p. 1186). Para a biografia deste indivíduo contamos com alguns documentos extremamente pertinentes, tais como os que se encontram em depósito no AMAP, P-378, fl. 248; P-386, fl. 5; P-392, fl. 94; P-1331, fl. 36v; P-1176, fls. 133v-134.

das pertinentes publicações relacionadas com o Ultimato Inglês, não foi possível obter quaisquer informações relacionadas com os seus fundadores, administradores ou responsáveis de redação. Porém, a sua declaração de intenções, publicada na edição piloto do jornal, transparece-nos um pouco dos seus posicionamentos políticos e a forma como se apresentava aos leitores. Auto-definia-se como um periódico semanário de índole literária, noticiosa e comercial. E à semelhança d'*Commercio de Guimarães* e da *Religião e Pátria* apresentava-se politicamente isento, mas diferia destes ao transparecer repugnância pelo sistema partidário e, principalmente, pelas altercações entre os representantes dessas agremiações. De facto, considerava que esse tipo de querelas não dignificavam a política nacional. Serviam apenas para desgastar:

(...) os homens em polémicas estéreis (...), em lutas pigmanianas de uma política estreita e facciosa e [que] ninguém cura de tratar com desassombro e com coragem dos graves problemas pendentes, quer eles sejam de índole económica ou financeiras, quer eles assumam carácter religioso, quer eles revistam a forma política ou simplesmente de instrução, de educação ou administração (AP, nº 1 [XII-1889, p. 1).

Segundo os responsáveis d'*A Penha* o País vivia um período extremamente conturbado e que evocava “as misérias dos últimos tempos do Império Romano”. Essas misérias eram consequência direta de “abstrações míticas” e de “platonismo românticos que na ciência, na política e na arte passam para o domínio do nada”. Por estes e outros motivos, os responsáveis do jornal consideravam que estava na hora de alguém combater as prepotências e levantar a voz em defesa da Pátria, bem-estar geral e do progresso civilizacional. Essa era uma tarefa que *A Penha* se propunha para encabeçar, “defendendo de viseira erguida os direitos do povo contra os ataques; de frente erguida, a mão nas copas da sua rija espada, ativa e serena como a estátua da justiça” (AP, nº 1 [XII-1889], p. 1).

3. A recepção do Ultimato Inglês: críticas negativas, anglofobia e ideologia na Imprensa vimaranense

Trabalhos como os de Amadeu de Carvalho Homem, Rui Ramos ou Maria de Fátima Bonifácio, permitem-nos compreender um pouco dos posicionamentos da Imprensa Portuguesa perante o Ultimato Inglês. Na generalidade as páginas dos jornais foram extremamente críticas, não só em relação aos ingleses, mas também a respeito dos posicionamentos assumidos pelo Partido Progressista. A situação foi muito bem explorada pela imprensa de vários quadrantes político-ideológicos e resultou numa onda de revolta generalizada de norte a sul do País (Bonifácio, 2010, pp. 114-115. Ramos, 2014, pp. 58-69). Aliás, em momentos muito

concretos pôde-se mesmo assistir a uma aliança entre jornais regeneradores — v.g. *Gazeta de Lisboa* — e republicanos — v.g. *O Século* (Homem, 1992, p. 282).

Neste particular a imprensa teve um papel determinante na formação da opinião portuguesa no início da década de 1890. Segundo Norbert Bobbio, estamos na presença de um conceito com uma vasta historicidade, mas que no essencial tem que ver com opiniões relacionadas com o País ou com outro agregado social, expressas livremente por indivíduos e que por intermédio do seu verbo pretendem redirecionar as ações do poder político ou do Governo (Bobbio, 1998, pp. 842-845). Compreende-se assim, e conforme constata Manuel Leal, que a agitação social se tenha prolongado durante dois meses. Foram dias marcados por inúmeros comícios, conferências, entre outras manifestações de protesto. Inúmeras figuras públicas marcaram presença nesses encontros, tanto militares, como académicos e jornalistas. A título de exemplo, estes últimos apressaram-se a retirar dos jornais os vocábulos ingleses, como foi o caso do *Diário Ilustrado* (Homem, 1992, pp. 284-285. Leal, 2013, pp. 74-75). Certamente, na base desta iniciativa estiveram as palavras de José Leite de Vasconcelos: “A nossa língua não é pobre de palavras, que necessite de empréstimos ingleses” (CG, 23-I-1890, p. 2).

Efetivamente, como nos recorda Rui Ramos, a questão inglesa desencadeou uma grande inquietude na política interna portuguesa no início da década de 1890:

Fez-se tanto caso dela que por vezes é difícil perceber que, de facto, não se tratava de mais que negociar com os Ingleses, vizinhos de Portugal em África, os limites de umas colónias recentemente adquiridas, muito deficientemente ocupadas e sem atractivos imediatos. Não era assim, porém, que os contemporâneos gostavam de ver o assunto (...). Era, portanto, o futuro da nação que estava em jogo, e não apenas uns quantos quilómetros de mato e savana (Ramos, 2001, p. 114).

Perante isto, a sociedade e a política portuguesa viu-se envolta num cenário de grande contestação, ao passo que a Inglaterra passou a ser considerada como uma verdadeira “fatalidade histórica que ia golpear Portugal” (Ramos, 2001, p. 114). O mesmo se passou em Guimarães e com a imprensa da cidade. Durante os dois meses que se seguiram ao anúncio do Ultimato, os jornalistas vimaranenses também andaram enredados nessa *fatalidade*, como se pode constatar nos conteúdos das notícias que iam publicando. As críticas não se apresentam com reservas e muito menos são positivas. Denota-se uma grande rejeição perante tudo aquilo que represente a Inglaterra, despertando, em muitas ocasiões, sentimentos de anglofobia.

Essa anglofobia/xenofobia é facilmente observável por intermédio da associação dos ingleses a determinadas características psicológicas, expressas por intermédio de vocábulos associados ao crime — “ladrões” e “piratas” e “usurpadores” (CG, 13-I-1890, p. 1; 20-I-1890, p. 1, 23-I-1890, p. 1 e AP, 26-I-1890, p. 1) —, à imoralidade — “grosseiros” (CG, 16-I-1890, p. 1) —, à arrogância — “arrogantes”, “vilipendiadores” e “insolentes” (CG, 16-I-1890, p. 1, 23-I-1890, p. 1-2) —, ao autoritarismo — “déspotas” (CG, 23-I-1890, p. 1) — e à covardia — “evita

os fortes e ameaça os fracos!” (CG, 23-I-1890, p. 1). Frequentemente, a xenofobia resulta de uma reação psicológica contra estranhos. De acordo com Cea D’Ancona, trata-se de uma reação que surge naturalmente no ser humano e que deriva de dois vocábulos gregos: o ξενος — estrangeiro — e o φοβος — medo/ódio. Caso a xenofobia desencadeie reações de violência contra um determinado grupo, estamos perante um problema social grave (Cea d’Ancona, 2005, p. 202, nt. 10), como aqueles que ocorreram em Lisboa, frente à padaria Inglesa; que de inglesa só tinha o nome... Mas foi o bastante para atrair a ira dos populares (Ramos, 2014, p. 59).

Por sua vez, o *Diccionario de la Lengua Española* (ed. 2001) qualifica o termo de xenofobia como “odio, repugnancia y hostilidad hacia los extranjeros”.⁶ E de facto, em determinados momentos, a análise ao *Commercio de Guimarães* permitiram-nos observar um exemplo muito explícito de repugnância, mais precisamente quando este periódico se refere à Inglaterra como “aquela que o Oceano não engole com nojo de a vomitar” (CG, 23-I-1890, p. 2). Para Martha Nussbaum, as demonstrações de repugnância também estão muito associadas à desumanização e a questão de índole política. Quer dizer, uma característica comum do comportamento social e, por consequência, político, é que certos indivíduos ou grupos sociais são, frequentemente, tratados como portadores de um estigma, associados a contaminação ou impureza. Este estigma de viés político, elaborado por indivíduos que se auto-definem de privilegiados ou superiores, é responsável pela criação hierarquia social. Segundo essa hierarquia um determinado grupo de pessoas é excluído, repudiado e, por fim, negado (Nussbaum, 2006, p. 118, 130-138; Nusbaum, 2010, pp. 59-61). De facto, foi precisamente isso que aconteceu com os ingleses...

Todavia, convém salientar que apesar de termos detetado vários exemplos de anglofobia nas páginas da imprensa periódica de Guimarães, esta não foi predominante, como poderá ter sido noutros jornais portugueses daquele período. As críticas negativas e a rejeição por tudo o que aludisse aos ingleses foram, sem dúvida, os aspetos que mais se salientaram. Na verdade, a averiguação deste tipo de desagравos é facilmente detetável, mesmo sem recorrer à metodologia de análise de dados.

O *Commercio de Guimarães* quando apresentou o Ultimato Inglês fê-lo com uma certa neutralidade, referido que “são pouco animadoras as notícias (...) a respeito do conflito anglo-português”. Nesse mesmo parágrafo acrescenta que “parece que a nossa *fiel aliada* está disposta a conquistar-nos com os seus poderosos couraçados” (CG, 13-I-1890, p. 1). Contudo, rapidamente abandonou essa neutralidade e passou a apresentar inúmeras críticas negativas em relação ao “ultimato arrogante” da Inglaterra (CG, 23-I-1890, p. 1). Com efeito, este periódico afirmava que a atitude dos britânicos além de desmascarar a “falsa aliança inglesa”, resultava de um

⁶ O referido dicionário encontra-se disponível *online* em <https://www.rae.es/drae2001/xenofobia> e não está paginado.

“procedimento indigno”, associado a uma “ambição sórdida” (CG, 20-I-1890, p. 1 e 23-I-1890, p. 1).

Apesar das avaliações da *Religião e Pátria* e d’*A Penha* também espelham um sentimento de grande rejeição e de forte crítica negativa. Para a *Religião e Pátria* o Ultimato inglês foi designado como uma “humilhação” (RP, 15-I-1890, p. 1) e como “emboscada política” (RP, 26-II-1890, p. 1), resultante da “selvajaria brutal com que o Leopardo inglês nos cravou a sua potente garra” (RP, 18-I-1890, p. 2). Perante estas atitudes da *Velha Aliada*, mas também perante uma série de inexactidões proferidas por Lord Salisbury no Parlamento britânico, totalmente avessas “à verdade dos factos” e que “se opunha[m] à narrativa fiel e clara do que realmente se passou” (RP, 19-II-1890, p. 1), a *Religião e Pátria* menciona que “se encontra a nação, profundamente ferida pela afronta cruel que lhe vibrou a feroz prepotência da Inglaterra” (RP, 8-III-1890, p. 1). Refira-se ainda que a Inglaterra é acusada de boicotar e promover impasses nas negociações promovidas pela diplomacia portuguesa: “o Governo português procurou por todos os modos chegar a um acordo com a Inglaterra relativamente aos limites das nossas possessões na África Oriental, e se o acordo se não realizou a culpa foi do Governo inglês” (RP, 19-II-1890, p. 1).

Por sua vez *A Penha* apresenta as suas mais veementes críticas à “brutalidade da Inglaterra” de uma forma distinta dos outros dois periódicos: “À maneira de todos os jornais patrióticos publicamos o soberbo artigo, do eminente literato Latino Coelho”, que se intitulava de *A grande afronta nacional*. Nesse texto, Latino Coelho dirige duras críticas tanto às autoridades inglesas como portuguesas. Às primeiras críticas devido à sua atitude para com Portugal, um país que sempre deu provas de ser um aliado devotado; às segundas acusa-as de terem permitido que Portugal entrasse em declínio e passasse da posição de grande potência mundial para um lugar subalterno no xadrez político internacional:

[A Inglaterra] é grande, é forte, por isso mesmo lhe cumpria não abusar da sua força contra uma país [Portugal], que por uma deplorável sucessão de erros ou de crimes governativos, baixou desde as eminências da primeira nação naval e conquistadora, até ao nível dos povos desgraçados, que não têm para responder às insolências e aos ultrajes outro recurso mais do que as estéreis indignações, do que as lágrimas feminis, do que a prostração reverente aos pés dos seus insultadores para escutar submissos e contritos, o que eles lhes ordenam pelas notas imperativas dos seus diplomáticos e pelo aceno ainda menos ameaçador do que ultrajante das suas peças de artilharia (AP, 19-I-1890, p. 1).

Isto não quer dizer que não apresente críticas da autoria da sua redação. *A Penha* fá-lo; e fá-lo com grande ênfase. No dia 26 de janeiro de 1890 acusa a Inglaterra de aplicar a lei através de violência, um pouco por todo o Globo: “A brutal Inglaterra que dita a lei pelas goelas dos seus canhões”. Desta forma, *A Penha* defende claramente que Portugal rompa as suas relações com os ingleses, povo que, segundo este periódico, “nem respeitam relações de amizade, nem

reconhecem benefícios, que só os miseráveis podem pagar com ingratidão” (AP, 26-I-1890, p. 1).

No que respeita aos posicionamentos políticos da Imprensa vimaranense podemos dividi-los em duas dimensões: argumentos de política interna e de política externa. No que respeita à política interna também assistimos a inúmeras críticas apontadas ao Partido Progressista. Na verdade, a imprensa de Guimarães acusava os progressistas de à Pátria e de cobardia, por se absterem de enfrentar o problema que eles próprios haviam criado. De facto, o Governo liderado pelo progressista José Luciano de Castro apresentou a demissão a 13 de janeiro de 1890. Desta forma, por nomeação de D. Carlos I, a chefia do Governo foi entregue ao Partido Regenerador, que optou por dissolver o Parlamento e convocar novas eleições, tendo-as ganho por maioria absoluta.

O *Commercio de Guimarães*, jornal claramente alinhado ao Partido Regenerador (CG, 16-I-1890, p. 1), criticou o Governo liderado pelos progressistas por terem aceite “com a mais infame resignação as condições humilhantes impostas pela Inglaterra” e acusou-os de “traidores da pátria” e de “sicários” (CG, 13-I-1893, p. 2). Por sua vez, a *Religião e Pátria*, também simpatizante dos regeneradores (RP, 18-I-1890, p. 1), foi igualmente crítica em relação aos progressistas. Para o jornal liderado por M. J. Pinto, o grande culpado pela afronta inglesa, pela “suprema vergonha FOI O GOVERNO; FOI O PARTIDO PROGRESSISTA”. Além destas acusações também culpa os progressistas de agir “MENTIROSAMENTE”, porque “nos deu continuamente notícias optimistas depois de ter insinuado que estávamos entendidos com quaisquer potências que nos fortalecessem” (RP, 15-I-1890, p. 1). Por sua vez, *A Penha* mostrou-se crítica em relação a todo o sistema político português, com particular destaque para a Casa Real:

Pretendem roubar-nos?! Deixemo-nos roubar. É esta a máxima. É esta a norma. Mas o facto não é para surpreender ninguém. É o resultado lógico das cavalarias altas em que se meteram os Braganças e os governos, fazendo política por sua conta e risco, e nem sempre em harmonia com os interesses nacionais (AP, 2-II-1890, p. 1).

Como se pode constatar, as críticas deste periódico não se dirigiram diretamente contra o Partido Progressista, ao contrário d’*O Commercio de Guimarães* e da *Religião e Pátria*. Elas foram especialmente dirigidas à Coroa e aos governos, nos quais se incluem regeneradores e progressistas. Posto isto, somos levados a ponderar a possibilidade de estarmos perante um periódico republicano.

Quanto à política externa⁷, a indignação da imprensa vimaranense era de tal ordem que jornais como *O Commercio de Guimarães* e *A Penha* chegam a defender que Portugal procede

7 Cf. A introdução deste artigo e os autores aí citados.

a uma revisão do seu quadro de alianças externas. Vejamos dois exemplos ilustrativos. *O Commercio de Guimarães* sugeriu que o Governo português estabelecesse uma aliança Ibérica, com o intuito de fazer frente às pretensões imperialistas da Inglaterra. Citando o periódico lisboeta *As Novidades*, refere que “essas duas nações [Portugal e Espanha], podiam ser, unidas ou confederadas, senão a primeira potência marítima da Europa, pelo menos uma força capaz, só por si, de inutilizar o imenso poderio naval da Inglaterra” (CG, 27-I-1890, p. 1). Porém, só em teoria as forças navais conjuntas dos dois reinos ibéricos tinham capacidade para enfrentar a Royal Navy. De facto, a marinha de guerra espanhola estava tão sucateada como a portuguesa e o conflito hispano-americano de 1898 veio comprová-lo... Por sua vez, *A Penha*, a 9 de fevereiro, aludindo ao *El País*, refere que Portugal devia de rever urgentemente o seu quadro de alianças e aproximar-se da França ou da Rússia. Mas, caso o Governo português decidisse mesmo aliar-se a outra potência devia privilegiar a Rússia, porque esta seria de maior proveito. Com efeito, é salientada a possibilidade estratégica de se usar o porto de Goa para uma investida militar russa contra o Império Britânico da Índia, o que certamente, diziam eles, levaria à sua ruína (AP, 9-I-1890, p. 1).

Mas as sugestões não ficaram por estes pontos. Também entraram na questão económica, ou melhor dizendo, a guerra comercial à Inglaterra. *O Commercio de Guimarães*, *a Religião e Pátria* e *A Penha*, defendem esta via e não a opção militar, simplesmente porque Portugal não tinha quaisquer capacidades bélicas para enfrentar os ingleses, nem em terra e muito menos no mar (CG, 16-I-1890, p. 2; 23-I, 1890, p. 3; 27-I-1890, p. 1; 30-I-1890, p. 1; 3-II-1890, p. 2; 6-II-1890, p. 2. RP, 2-I-1890; AP, 19-I-1890, p. 3). Assim, além de noticiar várias notícias a nível nacional, onde informa os vimaranenses dos boicotes ao comércio inglês que estavam a ser promovidos por várias associações comerciais de todo o País; também expõe algumas reflexões, tais como Portugal parar, o mais rápido possível, o comércio com a Inglaterra e procurar outros mercados (como o francês e o alemão) e dinamizar a indústria nacional:

A Nação portuguesa levantou-se como um só homem para repelir a afronta que recebeu da Inglaterra, e declarou-lhe guerra, mas não guerra sangrenta entre os couraçados, como a usurpadora desejaria, a guerra que lhe fazemos é muito mais nobre: de Inglaterra não se querer nada, nada; nem sequer pronunciar-se uma palavra de origem inglesa (RP, 25-I-1890, p. 2).

4. Balanço final

Os três periódicos vimaranenses analisados reagiram negativamente ao Ultimato Inglês, com maior ou menor contundência, implicando um amplo espectro que contempla a recusa, a rejeição e o repúdio. Todavia, independentemente da natureza, da intensidade e da frequência das reacções existe esse substrato comum.

Os jornais referidos parecem participar de uma atmosfera e de um contexto mais amplo no qual se inserem, partilhando as mesmas apreensões, angústias, vertidas em reacções genericamente semelhantes, conforme descreve num enquadramento elucidativo Maria Teresa Pinto Coelho, que estudou o impacto do Ultimato na literatura, mas não deixou de abordar um conspecto alargado:

A notícia do Ultimatum é recebida em todo o país como uma catástrofe, dando origem a emocionais manifestações de cunho patriótico, eivadas de exacerbado nacionalismo e dominadas por gritos de protesto. Brada-se contra o Governo e a Monarquia, reclama-se vingança contra a Grã-Bretanha, organizam-se manifestações e comícios ruidosos e nem sempre pacíficos, é lançado o projecto de uma Grande Subscrição Nacional cuja receita se destinaria a comprar um couraçado que defendesse Portugal de Inglaterra e, no Porto, a Liga Patriótica do Porto arrancaria Antero (convidado para presidente) do seu longo retiro de Vila do Conde. Considerado por Eça a maior crise enfrentada pela sua geração, ao obrigar à retirada de forças portuguesas de territórios que Portugal reclama como seus, o Ultimato britânico de 1890 iria desfechar um rude golpe na identidade nacional. Como tal é referido na época, sendo encarado como um ultraje, um acto de espoliação, uma violação dos direitos portugueses em África (Coelho, 1996, p. 16).

Torna-se inevitável reafirmar e sublinhar que o ataque ao Ultimato Inglês ocorreu em paralelo com as críticas ao Partido Progressista n’*O Commercio de Guimarães* e no *Religião e Pátria*.

Em trabalhos futuros é fundamental tentar perceber se nos três jornais estudados a questão africana já era uma preocupação, acentuada e agravada pela extremada atitude britânica. Por outro lado, também convém indagar se o decadentismo presente nalguns sectores da sociedade portuguesa também encontrou eco nas páginas dos periódicos locais analisados.

Conforme nota Maria Teresa Pinto Coelho, sucedeu-se precisamente o mesmo na literatura, na qual “o Ultimatum e a questão africana em geral são apenas o tema-pretexto utilizado com um objectivo específico: explorar uma certa imagem da Pátria decadente como havia sido concebida por Antero e Oliveira Martins” (Coelho, 1996, p. 17).

Finalmente resulta relevante compreender se a matriz, se o paradigma apocalíptico patente no Apocalipse de S. João ou a ideia de regeneração da Pátria estão presentes nos jornais de Guimarães e, em caso afirmativo, de que forma se processam ou evidenciam, acompanhando a tendência verificada na literatura:

Porém, ao anunciar a derrocada da Pátria, o Ultimatum profetiza também, como veremos, a ressurreição. Qual fénix saída das cinzas Portugal renascerá. Se a decadência tem como contraponto histórico-estratégico a derrocada de uma política de expansão em África, a ela também se alia a ideia de recriação de um “novo império” (...). Anunciando o Fim e o Recomeço, os textos que constituem o nosso *corpus* afirmam-se como variantes de um modelo arquetípico único comum aos

mitos do Fim — o paradigma apocalíptico — cuja matriz se encontra, como veremos, no Apocalipse de S. João, o último livro do Novo Testamento, texto cujo simbolismo riquíssimo tem permeado várias áreas do pensamento ocidental (Coelho, 1996, pp. 17-18).

Parece possível a configuração do *Ultimatum* como mito político, eventualmente adaptado a uma linguagem jornalística, porventura menos poética, metafórica ou simbólica do que a literária, mas ainda assim eivada de fervor patriótico e percorrida por adjectivações hiperbólicas.

A defesa da recuperação e regeneração de Portugal podia assumir duas formas ou vias: a reformista e a republicana, sendo lícito pensar que a primeira se expressa no *Commercio de Guimarães* ou no *Religião e Pátria*, enquanto a segunda se pode possivelmente adequar a *A Penha*:

Porém, gerada à volta do *Ultimatum* e absorvida pela literatura, a crença na regeneração acaba por se apresentar sob as duas vertentes que dominam o imaginário nacional: o programa republicano, apregoado em textos de combate, que apelando ao orgulho patriótico propagandeiam a República; e o projecto reformador, se assim lhe poderemos chamar, ou melhor, não revolucionário, que, exposto no polémico romance *A Ilustre Casa de Ramires*, propõe aos Portugueses que através do regresso ao lar do peregrino Portugal, de há muito afastado do útero materno, se voltem para si mesmos, e não para um passado pseudo-heróico, ou uma África de fronteiras recém definidas e levem a cabo a restauração das instituições. (...) O *Ultimatum* anuncia-se, assim, como um mito político que, se em Junqueiro assume especial força na figura do místico guerreiro do século XIV, não deixa de ser o catalisador de esperanças que, goradas ao longo dos tempos, parecem agora encontrar concretização. Ele é o desfecho da crónica de uma morte há muito anunciada que encontra no final do século o seu túmulo e a sua ressurreição (Coelho, 1996, pp. 267-268).

Referências bibliográficas

- Arquivo Municipal de Penafiel [=AMP] (2011). *Inventário do acervo documental do Morgado da Aveleda*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel. https://www.cm-penafiel.pt/wp-content/uploads/2016/10/Inventario_Morgado_Aveleda1.pdf
- Bardin, L. (1979). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Bloch, M. (1993). *Introdução à História*. Publicações Europa-América.
- Bobbio, N. (1998). *Dicionário de Política*. 11.ª Ed. Vol. 1. Universidade de Brasília.
- Bonifácio, M. F. (2010). *Monarquia Constitucional (1807-1910)*. Texto Editores.
- Brazão, E. (1940). *Relance da História Diplomática de Portugal*. Livraria Civilização Editora.
- Bueno, A. F. (2004). Relações conflituosas: o Ultimato inglês na Revista de Portugal. In *VIII Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais*. <https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel30/AparecidaBueno.pdf>
- Caetano, M. (1971). *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*. Ática.
- Cea d'Anacona, M. Á. (2005). La exteriorización de la xenofobia. In *Reis*, n.º 112 (5), pp. 197-230.
- Cluny, I. (2018). *Ernesto Hintze Ribeiro: uma biografia política (1849-1907)*. Assembleia da República.
- Coelho, M. T. P. (1996). *Apocalipse e Regeneração: o Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*. Editorial Cosmos.
- Faria, J. L. (1933). *Efemérides Vimaranenses*. 1.º Trimestre. Sociedade Martins Sarmento.
- Guimarães, A. S. (1884). *Boletim. Revista de Guimarães*, n.º 1, pp. 68-76.
- Homem, A. C. (1992). O “Ultimatum” inglês de 1890 e a opinião pública. In *Revista de História das Ideias. Descobrimientos, expansão e identidade nacional*, https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/42054/1/O_ultimatum_ingles_de_1890.pdf
- Leal, M. M. C. (2013). *José Luciano de Castro: um homem de estado (1834-1914)*. Colibri.
- Livermore, H. V. (1997). Lord Salisbury's Ultimatum. In *The British Historical Society of Portugal*. pp. 147-171. https://www.bhspportugal.org/uploads/fotos_artigos/files/LordSalisburysUltimatum.pdf
- Macedo, J. B. (2006). *História Diplomática Portuguesa. Constantes e linhas de força: estudo de geopolítica*. Rev. Tribuna.
- Martinez, P. S. (1986). *História Diplomática de Portugal*. Verbo.
- Meireles, M. J. M. Q. (2000). *O Património urbano de Guimarães no contexto da Idade Contemporânea (séculos XI-XIX)*. *Permanências e alterações*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia Urbana apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/9012>
- Monteiro, I. B. C. & Maia F. P. S. (2013). Um título para leitores de dois continentes. A imprensa periódica portuguesa na segunda metade do século XIX. In J. Arruda, V. Ferlini, M. Matos e F. Sousa (Orgs.), *De Colonos a Imigrantes. I (E)migração portuguesa para o Brasil*. Alameda, pp. 205-219. <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/de-colonos-a-imigrantes-i-e-migracao-portuguesa-para-o-brasil/um-titulo-para-leitores-de-dois-continentes-a-imprensa-periodica-portuguesa-na-segunda-metade-do-seculo-xix>
- Nussbaum, M. (2006). *El ocultamiento de lo humano. Repugnancia, vergüenza y ley*. Katz Editores.
- Nussbaum, M. (2010). *Sin fines de lucro. Por que la democracia necesita de las humanidades*. Katz Editores.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.
- Ramos, R. (2001). A Segunda Fundação. In J. Mattoso (dir.), *História de Portugal*, 6. Editorial Estampa.
- Ramos, R. (2012). O fracasso do reformismo em Liberal (1890-1910). In R. Ramos (Coord.), *História de Portugal* (548-576). Esfera dos Livros.
- Ramos, R. (2014). *D. Carlos*. Círculo de Leitores.
- Rosas, L. M. C. (1995). *Monumentos Pátrios. A arquitectura religiosa medieval. Património e restauro (1835-1928)*. Tese de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Sá, T. M. (2015). *Política Externa Portuguesa*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Silva, I. F. (1858-1923). *Dicionário Bibliográfico Português*. Tomo VIII. Imprensa Nacional.
- Sousa, J. P. (2010). *As histórias da imprensa de Nelson Werneck Sodré e de José Manuel Tengarrinha: uma comparação*. Covilhã: Universidade da Beira Interior. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-as-historias-da-imprensa-de-nelson-werneck-sodre.pdf>
- Teixeira, N. S. (1987). Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês. In *Análise social*, n.º 23 (98), pp. 687-719. https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/4268789/NST_Pol_Externa_Interna_Portugal90_1987.pdf
- Tengarrinha, J. M. (1965). *História da Imprensa periódica portuguesa*. Portugalia Editora.
- Tengarrinha, J. M. (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2ª Ed. Ed. Caminho.

Fontes arquivísticas

- Arquivo Municipal Alfredo Pimenta [=AMAP]
Livros de Baptismo
— Paróquia de São Paio, P-421.
— N.ª. S.ª. Oliveira, P- 378, P-386, P-392, P-976, P-1083, P-1173, P-1174, P-1331
São Cipriano de Tabuadelo e de Santa Eulália de Pentieiros, P-1007.
Livros de Casamento
— São Paio, P-1176.
Livros de Óbito
— São Sebastião de Guimarães, P-982.

Fontes impressas

- Jornais
O Commercio de Guimarães [=CG]
Religião e Pátria [=RP]
A Penha [=AP]
O Vimaranense [=OV]
Gazeta do Minho [=GM]
Diário do Governo [=DG]
Diário Ilustrado [=DI]
O Echo do Norte [=EN]